



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



251) Ainda sobre o estudo do crime de receptação, aponte a alternativa incorreta.

- a) comete o crime de receptação qualificada quem adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, tem em depósito, desmonta, monta, remonta, vende, expõe a venda ou de qualquer forma utilize em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime.
- b) a lei equipara à receptação qualificada, aquela cometida no exercício de atividade comercial ou industrial, aquela atividade exercida por qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, exceto o realizado em residência.
- c) a lei prevê uma hipótese de receptação privilegiada, onde pune mais levemente o agente que adquire ou recebe coisa, que por sua natureza ou pela desproporção entre o valor de mercado e o preço pago, ou pela condição de quem a oferece, deve levar o agente a presumir ser obtida por meio criminoso.
- d) a receptação é punida ainda que o crime de origem tenha sua autoria desconhecida ou for isento de pena.

RESPOSTA: B. Pois está em desacordo com o artigo 180, §2º, do CP, porque tal dispositivo legal inclui o comércio realizado em residência como equiparado à receptação qualificada.

252) Aponte a assertiva correta de acordo com o texto do Código Penal.

- a) não é isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título em prejuízo do cônjuge durante a constância da sociedade conjugal.
- b) não é isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título em prejuízo do descendente.
- c) os crimes cometidos neste título somente se procedem mediante representação se cometidos em prejuízo do cônjuge, durante a constância da sociedade conjugal.
- d) não se aplica a isenção da pena ou o processo mediante representação se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa.

RESPOSTA: D. Pois está em conformidade com o artigo 183, I, do Código Penal.

As alternativas A e B são incorretas pois tais hipóteses caracterizam que o agente é isento de pena. Já a alternativa C é incorreta pois a hipótese correta é quando o cônjuge desquitado ou judicialmente separado, atualmente, divorciado.

253) Apropriando-se o advogado do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular de que tem a posse em razão do cargo, pratica a infração penal legal e tecnicamente rubricada como

- a) excesso de exação.
- b) concussão
- c) corrupção passiva
- d) apropriação indébita
- e) peculato

RESPOSTA: E. Pois de acordo com o artigo 327 do Código Penal, para a lei penal, considera-se funcionário público quem exerce cargo ou emprego em paraestatal, autarquias são consideradas paraestatais. No presente caso os funcionários desta Autarquia são equiparados aos funcionários públicos. A conduta é apropriar-se de coisa alheia móvel de que tem a posse em razão do cargo, crime previsto no crime de peculato, artigo 312.

254) Em relação aos crimes contra a administração pública considere

I-exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

II-solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

III- solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

IV- oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

As assertivas correspondem, respectivamente, aos crimes de

- a) concussão, corrupção passiva, tráfico de influência e corrupção ativa.
- b) corrupção ativa, concussão, corrupção passiva e tráfico de influência.
- c) corrupção passiva, tráfico de influência, concussão e corrupção ativa.
- d) tráfico de influência, corrupção passiva, corrupção ativa e concussão.
- e) concussão, corrupção ativa, tráfico de influência e corrupção passiva.

RESPOSTA: A. tais condutas são previstas no Código Penal, nos artigos 316, 317, 332, 333.

255) Em se tratando de furto de coisa comum (art. 156 do C.P.), é correto afirmar-se que a ação penal:

- a) é pública incondicionada
- b) e pública condicionada à representação da vítima ou de quem tenha qualidade para representá-la
- c) é exclusivamente de iniciativa privada.
- d) pode ser intentada indiferentemente pelo Ministério Público ou pela vítima.

RESPOSTA: B. Pois está em acordo com o artigo 156, § 1º, do CP.

256) Mediante encenação, um curandeiro convence mulher de dezenove anos de idade, acometida de certa moléstia, a permitir que ele a submeta a determinado tratamento, em ambiente isolado, com promessa de cura. Ao ver-se sozinho na companhia da jovem, ele lhe explica que esse tratamento deve ser feito por meio de relações sexuais que, todavia, segundo ele, são orientadas por entidade sobrenatural que toma o corpo do curandeiro, servindo este como simples instrumento, sem participação volitiva. Agindo dessa forma, o varão consegue manter conjunção carnal completa com a jovem, com o consentimento dela. Qual foi o crime por ele cometido ?

- a) estupro, artigo 213, CP
- b) curandeirismo, artigo 284, CP
- c) posse sexual mediante fraude, artigo 215, CP (violação sexual mediante fraude).
- d) corrupção de menores, artigo 218, CP

RESPOSTA: C. Pois está previsto no artigo 215, com a antiga denominação.

257) Qual dos crimes contra a vida inadmite tentativa ou punição se as lesões ao ofendido forem leves ?

- a) infanticídio
- b) induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.
- c) homicídio
- d) aborto

RESPOSTA: B. Conforme prevê o artigo 122, do CP.

258) Pode constituir exemplo de homicídio qualificado por motivo torpe o crime praticado:

- a) com o propósito de vingança
- b) por motivação insignificante
- c) com extrema crueldade contra a pessoa da vítima
- d) por vários agentes para subtrair bens de pessoa idosa

RESPOSTA: A. Pois a vingança é considerada motivo repugnante, motivo odioso.(artigo 121, §2º I, do CP)

259) Tício, funcionário público, convida Mévio, que trabalha em empresa privada, para ajudá-lo a subtrair um computador, pertencente à repartição, que se encontra na sala de trabalho de Tício, para seu uso diário, e que se acha sob sua guarda. Ciente da condição de funcionário público de Tício, Mévio ajuda-o a transportar esse bem até sua casa. Nessa situação hipotética, é correto afirmar-se que:

- a) Tício e Mévio respondem por peculato
- b) Tício responde por peculato e Mévio responde por furto.
- c) Tício e Mévio respondem por furto
- d) Tício responde por peculato e a conduta de Mévio é atípica.

RESPOSTA: A. O peculato é um crime próprio, porque o agente precisa ter uma qualidade especial, ser servidor público, como todo crime próprio, pode ser cometido por co-autoria e participação (induzimento, instigação e auxílio material). No presente caso temos uma co-autoria de Mévio, que sabe da condição de Tício de ser servidor público.

260) Pretendo matá-lo, Fulano coloca veneno no café de Sicrano. Sem saber do envenenamento, Sicrano ingere o café. Logo em seguida, Fulano, arrependido, prescreve o antídoto a Sicrano, que sobrevive, sem qualquer seqüela. Diante disso, é correto afirmar que se trata de hipótese de

- a) crime impossível, pois o meio empregado por Fulano era absolutamente ineficaz para obtenção do resultado pretendido.
- b) tentativa, pois o resultado não se consumou por circunstâncias alheias à vontade de Fulano.
- c) arrependimento posterior, pois o dano foi reparado por Fulano até o recebimento da denúncia.
- d) arrependimento eficaz, pois Fulano impediu voluntariamente que o resultado se produzisse.

RESPOSTA: D, estando de acordo com o artigo 15 do CP.